

## CONSUN DE DEZEMBRO DISCUTIRÁ AVALIAÇÃO

### DOCENTE DO BIÊNIO 2024/25

A reunião de novembro do Conselho Universitário deveria analisar os critérios para a Avaliação Contínua da Docência para o biênio 2024-2025. Porém, foi formulado um pedido de vistas para que a proposta da Reitoria fosse melhor analisada pelos conselheiros.

A proposta apresentada aos conselheiros pela Reitoria assegura que poucas alterações foram feitas nos critérios de avaliação. As principais mudanças se concentraram “na diferenciação entre professores que estão exclusivamente na graduação daqueles que estão na pós-graduação (acadêmica ou profissional), com o estabelecimento de pesos diferentes para cada rubrica, sem prejuízo dos itens avaliados”.

Também foram acrescidos itens de avaliação que contemplam aspectos relacionados ao desenvolvimento do ensino como, por exemplo, assiduidade, cumprimento de prazos para entrega de notas e planos de ensino e frequência mínima de 75% das reuniões do curso.

A atualização do Currículo Lattes dos docentes deverá ocorrer até 23/03/2026. O CACEPE coletará os dados a partir de 30/03/2026.

A avaliação do desempe-

nho dos docentes no biênio 2022/2023 sofreu críticas no Consun, principalmente por estabelecer critérios ao final do período avaliatório, o que impossibilitou que os professores soubessem de antemão o que seria esperado deles para o biênio. Esse fato deverá repetir-se neste ciclo, pois a introdução de novos critérios ocorrerá ao final do período avaliativo, impossibilitando o professor de dedicar-se mais a determinadas atividades.

#### Consun de dezembro

A princípio, o Consun de dezembro deverá ocorrer dia 17, após o encerramento do semestre letivo, mas ainda dentro do período de atividade docente. O reitor, professor Vidal Serrano, levantou a possibilidade de a sessão ocorrer remotamente, caso o número de conselheiros não viabilize um quórum mínimo. Na pauta dessa sessão também deverá constar a apreciação do orçamento para 2026, que não foi apresentado na sessão de novembro pela Fundasp.

O professor Vidal Serrano também informou ao final do Consun que uma proposta de PDI, Plano de Demissão Individual, estava em fase final de elabora-

ção, o que deveria ocorrer depois do feriado do dia 20/11.

#### Ingresso e progressão na carreira

O Conselho Universitário de novembro também aprovou o ingresso e progressão na carreira docente de 86 docentes, sendo 52 vagas destinadas a inserir auxiliares de

ensino na carreira docente como assistentes-mestres, 30 vagas para promoverem assistentes-mestres para assistentes-doutores e quatro para a promoção a titulares. Na própria reunião foram levantadas algumas críticas com relação aos critérios que levaram à escolha dessa proporcionalidade, tendo em vista a composição de cada departamento e para analisar a questão.

**Caminhada da AFAPUC/PAC**

29/11 2025

Saída às 8h

ROTA DA CAMINHADA (9,5 km)

Rua Monte Alegre, 984 (Pereira)

Rua Manoel de Paranaguá, 111 (Consolação)

**PARTICIPE**

## FALA COMUNIDADE

# A COP da verdade ou as verdades da COP-30

**Marijane Vieira Lisboa**

Esperava-se que a COP-30 viesse a implementar as decisões tomadas nas anteriores, daí ter sido chamada da COP da Verdade. Mas ela reafirmou a verdade que há muito era conhecida. Os principais emissores de gases de efeito estufa não estão dispostos a abrir mão do uso de fósseis – EUA, China, Rússia e Índia; e os países que vivem do petróleo, Arábia Saudita à frente, tampouco. Em um sistema multilateral que exige o consenso para aprovação de decisões, a COP-30, como as que lhe antecederam e as que se seguirão, estão condenadas ao fracasso. É de fato risível que em uma conferência da ONU que trata de adotar medidas para enfrentar a emergência climática causada pelo uso de fósseis, seja proibido mencionar a necessidade de abandoná-los algum dia!

A lógica das decisões por consenso do sistema ONU repousa no fato de que não há um poder maior no mundo, salvo uma intervenção armada de algum país, que seja capaz de impor a um dos seus membros a adoção de medidas das quais discorde. Salta aos olhos que nenhum país faria isso, até porque aqueles que teriam poder militar para isso estão entre os primeiros que se opõem a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, os GEE. A mudança para um sistema de aprovação por maioria, teria apenas a vantagem simbólica de deixar claro quem estaria em minoria, mas não de obrigar esses países a se renderem à maioria.

A Natureza, porém, ignora esses problemas das negociações internacionais e por isso os

principais cientistas do clima presentes em Belém consideraram uma verdadeira traição aos objetivos da Convenção de Mudanças Climáticas o fato de que sua 30ª Conferência não tenha mencionado a necessidade de se reduzir o uso de fósseis. Já ultrapassamos o aumento de 1,5º da temperatura média do planeta e caminhamos para 2º e talvez mais.

O que se pode fazer? Certamente continua válido expor e denunciar aqueles que não querem reduzir, nem ouvir falar da necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e por isso é muito elogiável a iniciativa da Colômbia de convocar uma reunião internacional daqueles países que estão de acordo com essa necessidade para o ano que vem. É pressão moral.

Também faz sentido que todos os povos exijam de seus governantes que adotem medidas para reduzir suas emissões, especialmente no caso em que sejam grandes emissores. Essa é justamente a complicação em que nos encontramos, pois boa parte dos grandes emissores e produtores não são democracias como a China, Rússia, Arábia Saudita e Irã e outros são regimes autoritários como a Índia ou algo a caminho disso, como os EUA de Trump.

Interditada o que seria a política mais urgente, a mitigação, ou seja a redução das emissões, as políticas de adaptação ganham maior importância. Grandes enchentes, ciclones extratropicais, secas prolongadas, incêndios em florestas, marés violentas e subida do nível do mar serão mais frequentes e mais intensos em todas as partes do globo e também aqui entre nós. É preciso preparar-se para

o pior, pois ele está batendo na nossa porta. Nossas cidades precisam ser rapidamente preparadas para absorver chuvas colossais, falta de água, ondas de calor assassinadas. A Amazônia e o Pantanal por sua vez, precisam ser preparados para enfrentar incêndios colossais e duradouras secas.

Não faz sentido, portanto, que 73,4% do nossos orçamento federal para adaptação ao clima vá para agricultura e pecuária, principalmente para indenizar produtores por perdas de colheitas em razão de eventos climáticos, como identificou recente estudo do BID e do Ministério da Fazenda. A agropecuária brasileira já é um setor altamente privilegiado pelas políticas públicas no Brasil e isso é profundamente injusto quando consideramos que quem mais sofre e sofrerá com as mudanças climáticas são as populações periféricas, povos indígenas e populações tradicionais, historicamente vulnerabilizados.

Resta ainda, que frente ao impasse nas negociações internacionais, cada país faça aquilo que pode fazer e dê o exemplo aos demais. Sem dúvida, Lula e Brasil estariam em uma outra posição moral em Belém se não se tivesse recentemente, às vésperas da COP-30, anunciado a intenção de explorar petróleo na Margem Equatorial e em uma ampla faixa do pré-sal. Afinal, talvez o Brasil seja um dos poucos países do mundo que poderia deixar o petróleo de lado, dadas as muitas alternativas que tem em termos de fontes renováveis.

Argumentos como “*você primeiro, porque você foi daqueles que enriqueceram primeiro com a exploração do carvão, ou porque é mais rico*”, não fazem mais sentido frente à urgência

da emergência climática. Todos deveriam fazer tudo o que podem, pois não há ganho econômico possível para ninguém em um cenário de catástrofe ambiental a médio prazo. É preciso entender que os grupos econômicos que ganham hoje com fósseis e os governos que os representam, colocam seus interesses de curto prazo acima daqueles de 7,7 bilhões de seres humanos e seus descendentes à médio e longo prazo. Estão selixando para o que venha a ocorrer.

Mas, apesar desse fracasso no seu tema principal de combate às emissões de GEE, a COP 30 revelou outra verdade. Mostrou que de parte da sociedade civil e da comunidade científica mundiais não restam dúvidas sobre a urgência de se abandonar o petróleo e realizar uma transição energética justa, que não crie novas zonas de sacrifício entre povos indígenas, populações tradicionais e periféricas. Temas como racismo ambiental, direito à terra e território e gênero foram amplamente discutidos na Cúpula dos Povos e a Marcha Global pelo Clima mostrou que longe das diferenças que dividem países, os povos do mundo estão unidos em um mesmo esforço por garantir o futuro para as novas gerações. Esperemos que suas vozes se tornem cada vez mais altas e constranjam os países negacionistas.

**Marijane Vieira Lisboa é Socióloga, professora do Departamento de História e ambientalista; professora Marijane Vieira Lisboa e professor Andre Geraldes foram enviados à Belém como representantes da PUC-SP.**

# Reitor anuncia novos pró-reitores de Pós e Relações Comunitárias

Na quarta-feira, 26/11, o reitor Vidal Serrano anunciou a substituição de dois pró-reitores em sua equipe. O professor Celso Campilongo, do Departamento de Teoria Geral do Direito assume a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e o professor Fábio Santana, também da Faculdade de Direito, foi nomeado para a Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias.

Os novos pró-reitores substituem, respectivamente, Antônio José Valverde, da Faficla e Myrt Thania Souza Cruz, da FEA. Na cerimônia de posse, segundo o portal JPUC, o professor Vidal Serrano declarou que “A PUC-SP tem na Cultura e Relações Comunitárias e na Pós-Graduação dois pilares essenciais de sua atuação. Recebemos com alegria os novos pró-reitores, professores de excelência, cuja competência e dedicação fortalecem ainda mais o compromisso da Uni-

versidade com a formação, a pesquisa e o diálogo com a sociedade”.

A reitoria não revelou o motivo das substituições e dos pró-reitores, a respeito dos quais declarou que “Estamos muito satisfeitos com o legado construído pelos pró-reitores que nos acompanharam até aqui e igualmente felizes em receber colegas que certamente vão contribuir de forma decisiva para o avanço da nossa gestão”. Nas suas redes sociais, a professora Myrt Thania declarou: “encerro este ciclo de cabeça erguida, certa de que exerci minha função com dignidade e com dedicação ininterrupta à comunidade da PUC-SP. Enfrentei inúmeras dificuldades, mas permaneci firme. Em muitos momentos me emocionei - porque amo profundamente esta universidade, que me ofereceu estudo, acolhimento e a formação acadêmica que carrego comigo”.

# Reitoria altera calendário para o primeiro semestre de 2026

O reitor, professor Vidal Serrano, publicou, no dia 24/11, o ato 99/2025, alterando a data de início do primeiro semestre letivo de 2026. Assim, o início do semestre letivo para os campi de São Paulo deverá acontecer no dia 19/02/26 e não mais em 09/02/26. O campus de Sorocaba deverá iniciar suas atividades em 09/02/26.

O encerramento do semestre letivo para os campi de São Paulo acontecerá em

04/07/2026.

A PUC-SP tem como prática iniciar o semestre letivo após o encerramento das matrículas das universidades públicas, para que se estabeleça um número definitivo de matriculados em todos os cursos. A diminuição contratual em virtude do fechamento de turmas só pode ocorrer até duas semanas após o início das aulas, de acordo com a Convenção Coletiva do Sinpro-SP.

## Último dia para demissão em 2025

A Convenção Coletiva do Sindicato dos Professores de São Paulo, Sinpro-SP, estabelece que “para não ficar obrigada a pagar ao professor os salários do semestre subsequente ao da demissão, a escola deverá formalizar a demissão no período

compreendido entre 1 (um) e 30 (trinta) dias que antecede o início das férias ou do recesso escolar”.

Portanto a PUC-SP poderá demitir docentes até o dia 17/12, um dia antes do início das férias docentes de 2025.